

Cesar Participações S.A.									
CNPJ: 05.758.178/0001-10									
Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais									
		2024	2023						
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		750	998						
Total do ativo circulante		750	998						
Ativo não circulante									
Imobilizado		31	29						
Imobilizado		1	2						
Total do ativo não circulante		2.327	2.480						
Total do ativo		3.077	3.478						
Passivo e patrimônio líquido		2024	2023						
Circulante									
Tributos a recolher		2	1						
Total do passivo circulante		2	1						
Ativo não circulante									
Provisão para Contingências (Nota 7)		92							
Total do passivo não Circulante		92							
Patrimônio líquido (Nota 8)									
Capital social		14.031	14.031						
Prejuízos acumulados		(11.048)	(10.554)						
Total do patrimônio líquido		2.983	3.477						
Total do passivo e patrimônio líquido		3.077	3.478						
Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		2024	2023						
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)		(577)	(365)						
Prejuízo operacional		(577)	(365)						
Despesas financeiras (Nota 10)		(1)	(2)						
Receitas financeiras (Nota 10)		84	68						
Resultado financeiro, líquido		83	66						
Prejuízo do exercício		(494)	(299)						
Prejuízo por ação - R\$1,00		(0,035)	(0,021)						
Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dez. de 2024 Em milhares de reais									
		2024	2023						
Prejuízo do exercício		(494)	(299)						
Outros resultados abrangentes									
Resultado abrangente do exercício		(494)	(299)						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais									
		Capital social	Prejuízos acumulados	Total					
Em 31 de janeiro de 2023		14.031	(10.255)	3.776					
Prejuízo do exercício			(299)	3.799					
Em 31 de dezembro de 2023		14.031	(10.554)	3.477					
Prejuízo do exercício			(494)	4.947					
Em 31 de dezembro de 2024		14.031	(11.048)	2.983					
Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais									
		2024	2023						
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Prejuízo do exercício		(494)	(299)						
Ajustes de:									
Depreciação e amortização (Notas 6 e 9)		155	155						
(Reversão) Provisão Contingências		92	(85)						
(Aumento) redução de ativos operacionais:									
Tributos a recuperar		(2)							
Aumento (red.) de passivos operacionais:									
Caixa a recolher		1							
Total liq. gerado pelas atividades operac.		(248)	(229)						
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa, líquidos		(248)	(229)						
Caixa e equiv. de caixa no início do ex. (Nota 4)		998	1.227						
Caixa e equiv. de caixa no final do ex. (Nota 4)		750	998						
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa, líquidos		(248)	(229)						
Notas explic. às demonstrações financ. para o ex. findo em 31 de dez. de 2024 (Em milhares de reais)									
Seção A - Informações gerais - 1.1 Contexto operacional									
- A Cesar Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 19 de maio de 2003, com sede na Rua Bione, 220, Recife, Pernambuco e que tem como objetivo dar suporte ao surgimento e consolidação de novos empreendimentos de tecnologia da informação, através de parceiros e associações, e implementar a participação em outras sociedades comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. 1.2 Continuidade operacional									
- Em 9 de dezembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, o CESAR Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife ("CESAR"), único acionista do Cesar Participações S.A. manifestou sua decisão em proceder com a dissolução da Companhia. Porém, o efetivo encerramento somente poderá ser consumado após a finalização da regularização dos imóveis em seu nome, cujo prazo ainda não é preciso, para que, no âmbito de dissolução e apuração de haveres, possam os respectivos imóveis (Nota 6), juntamente com os demais bens e acervo líquido da Companhia, serem transferidos ao seu acionista ou vendidos a terceiros conforme venha a ser indicado no balanço da liquidação e relatórios e prestação de contas ao liquidante. Após cumprida referida regularização, que continua em trâmite junto à Prefeitura do Recife e Iphan, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral para dar início ao processo de dissolução, na forma do Art. 288 e seguintes da Lei das Sociedades Anônimas e do seu Estatuto Social.									
Dessa forma, conforme orientação do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia não efetuou a classificação de ativo não circulante como mantido para venda uma vez que os critérios estabelecidos nos Itens 6 a 8 não foram cumpridos no final do exercício de 2024. Os Itens citados orientam que para efetuar a classificação, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 494 (2023: R\$ 299) e prejuízos acumulados de R\$ 11.048 (2023: R\$10.554). A Administração acompanha o tema em relação ao caixa para a execução dos planos relacionados anteriormente e em caso ocorrer indicativo de necessidade de caixa para a regularização dos ativos ou despesas causadas para manter a funcionalidade da companhia, será realizado novos aportes. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2025. 1.3 Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 12. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. Seção B - Riscos - 2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (a) Ajustes para redução ao valor recuperável das propriedades para investimento - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia é proprietária de imóveis localizados na Rua do Brum nº 77 e Rua Marques de Olinda nº 215, mantidos para cessão de direito de uso e negociação de venda, respectivamente. Os imóveis não são ocupados pela Companhia e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 6. Seção C - Notas explicativas relevantes selecionadas 3. Instrumentos financeiros por categoria 3.1 Ativos e passivos ao custo amortizado									
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)									
O caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar são classificadas como ao custo amortizado.									
4. Caixa e equivalentes de caixa									
Aplicações financeiras (i)									
(i) As aplicações financeiras referem-se a aplicações automáticas relacionadas a conta corrente mantida pela empresa (2024 e 2023 – CDB com rendimentos entre 2% e 101,5% do CDI).									
5. Transações com partes relacionadas									
(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração ocorreu através de pró-labore, totalizando R\$ 38 (2023 - R\$ 38), incluindo encargos sociais.									
6. Propriedade para investimento									
A composição dos saldos das propriedades para investimentos está demonstrada a seguir:									
A movimentação dos saldos das propriedades para investimento está demonstrada a seguir:									
Saldo inicial									
Depreciação									
O saldo refere-se a dois imóveis. O primeiro, localizado na Rua Marques de Olinda nº 215, Recife - PE. A intenção da administração é negociar o imóvel. No entanto não há expectativa de que esta venda ocorresse em até um ano. O imóvel está registrado ao custo líquido de R\$ 2.021. Caso estivesse avaliado ao valor justo, este seria de R\$ 1.790. O valor justo foi apurado através de laudo de avaliação emitido por perito avaliador. Adicionalmente, a Companhia mantém um segundo imóvel, localizado na Rua do Brum nº 77, utilizado para fins locação/ cessão de direito de uso, registrado ao custo líquido de R\$ 274. Se esta propriedade estivesse avaliada ao valor justo, este seria de R\$ 5.250. A Companhia estabeleceu o valor justo através de laudo de avaliação emitido por perito avaliador.									
7. Provisões para contingência									
A movimentação da provisão para contingências ocorreu da seguinte forma:									
Saldo inicial									
Provisão (i)									
Reversão (ii)									
Saldo final									
(i) Provisão referente a Auto de Infração lavrado pela Secretaria de Defesa Civil do Recife em razão do estado de conservação do imóvel nº255, da Avenida Marques de Olinda, Recife/PE. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Entidade decidiu por constituir provisão para o processo avaliado como de perda provável, no montante de R\$ 92. (ii) Reversão decorrente de reavaliação da administração quanto a expectativa de perda relacionadas à contingência fiscal referente a PIS e a Cofins. A Administração da Companhia reverteu o saldo de provisão para contingências no valor de R\$ 85 referente à contingência fiscal relacionado ao PIS e COFINS apurados sobre a receita de aluguel de competência entre janeiro a setembro de 2018. A Companhia possui contingência avaliada como perda possível com base na opinião de seus assessores jurídicos do Processo em matéria civil nº 0030652-26.2024.8.17.2001 referente a Ação de Obrigação de Fazer com pedido liminar, proposta pelo Município do Recife, sob alegação de que a Companhia é responsável pelo imóvel situado na Avenida Marques de Olinda, 215, Recife/PE, e que se encontraria fora dos padrões de habitabilidade e segurança. O CESAR PAR apresentou contestação requerendo a extinção do processo e a suspensão do feito até a regularização do imóvel. O valor da contingência atualizado em 31/12/2024 é de R\$ 51.									
8. Patrimônio líquido - a) Capital social									
Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é representado por 14.031.349 (2023 – 14.031.349) ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas conforme segue:									
Acionista									
CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avanç.									
9. Despesas por natureza									
Pró-labore e encargos									
Deprec.-imobiliz. e propr. p/investimento									
Serviços contratados									
Reversão (Provisão) para contingências									
Impostos e taxas									
Aluguel e manutenção									
Outras despesas									
Total									
Classificados como:									
Despesas gerais e administrativas									
10. Resultado financeiro									
Receitas financeiras:									
Rendimento de aplicações financeiras									
Juros de mora recebidos									
Total de receitas financeiras									
Despesas financeiras:									
Outros									
Total de despesas financeiras									
Resultado financeiro, líquido									
11. Cobertura de seguros (não auditado) - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas, no montante de R\$ 10.250, são consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Seção D - Políticas contábeis - 12 Políticas contábeis materiais - As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 12.1 Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 12.2 Ativos finan-									
ceiros - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:									
• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).									
• Mensurados ao custo amortizado.									
A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado. 12.3 Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, e quando aplicável, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. 12.4 Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, quando aplicável são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. 12.5 Propriedade para investimento - São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A Companhia é proprietária de imóvel mantido para fins de locação/cessão de direito de uso. O ativo não é ocupado pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 6. 12.6 Redução ao valor recuperável de ativos - O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 12.7 Provisões para contingência - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 12.8 Demais ativos e passivos - Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais. 12.9 Lucro (prejuízo) por ação - O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base no pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da diluição do prejuízo, se houver, atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferença entre o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.									
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras									
Aos Administradores e Acionistas da Cesar Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cesar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cesar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada									
"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Contabilidade em pressuposto que não o de continuidade operacional. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, que se refere à intenção dos diretores em liquidar os ativos restantes da Companhia após a finalização da regularização dos imóveis, sujeito à aprovação dos acionistas que se reuniram em assembleia geral. As demonstrações financeiras foram, portanto, preparadas com o pressuposto de que a Companhia não terá continuidade operacional. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. Outros Assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. As demonstrações financeiras incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 05 de março de 2024. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Recife, 24 de março de 2025. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 PE 01269/F-8									
Carlos Sebastião Fernandes Vieira Daurer Contador CRC 1 CE 0219620-9 – S – PE									

Publicidade Legal - 4 de abril de 2025 - CESAR PARTICIPAÇÕES S A - Balanço pdf

Código do documento 5d1c3f1c-d318-4bbe-90f0-4884f0a23929



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

03 Apr 2025, 19:18:04

Documento 5d1c3f1c-d318-4bbe-90f0-4884f0a23929 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-03T19:18:04-03:00

03 Apr 2025, 19:18:13

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-03T19:18:13-03:00

03 Apr 2025, 19:18:23

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.12.58.187 (187.12.58.187 porta: 21600). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-04-03T19:18:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f8b70f1329380fa64bb61bfb33a432a18f981fa1b9d48bec8740ee0cb24f190e
(SHA512):65361678498de5969d7d55ee07977de498dea1c9fd3cb3248ec3aa55af991ecf53f01caa629a612c8a8bfeedde7305f028b0e6a30d2307a4646dd3fde8da0535

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.